



# Clipping Nacional de EDUCAÇÃO

Brasília, 07 de Janeiro de 2020

## Enfraquecido, Terra pode perder Bolsa Família



Terra já deixou de comandar o programa presidido por Michelle Bolsonaro — Foto: Divulgação

*Ministro da Cidadania pode perder gestão do principal programa social, herdado de governos do PT, e ainda ficar sem área de Esportes*

Por Cristiano Zaia — De Brasília

O ministro da Cidadania, Osmar Terra, tornou-se alvo de críticas de autoridades do Palácio do Planalto. A pasta nasceu com status de superministério e com um amplo campo de atuação. Mas começa 2020 mais esvaziada, num momento em que o presidente Jair Bolsonaro analisa a possibilidade de fazer mudanças pontuais no primeiro

escalão.

Em um ano, Terra perdeu a Secretaria de Cultura para o Ministério do Turismo e no fim de 2019 deixou de comandar o “Pátria Voluntária”, programa social cujo conselho é presidido pela primeira-dama, Michelle Bolsonaro. Segundo o Valor apurou, embora Bolsonaro não tenha tratado de forma concreta da substituição de Terra, não estão descartadas novas desidratações na pasta da Cidadania. Duas possibilidades citadas são a perda da Secretaria de Esporte ou o remanejamento do Bolsa Família, programa identificado com os

governos petistas e que Bolsonaro quer reformular.

O decreto com a mudança do Pátria Voluntária foi assinado pelo próprio Bolsonaro e publicado na edição do “Diário Oficial da União” de 31 de dezembro. O programa foi transferido para a Casa Civil, sob a gestão do ministro Onyx Lorenzoni. De acordo com fontes do Palácio do Planalto ouvidas pelo Valor, Michelle teria demonstrado desconforto em despachar numa sala na sede do Ministério da Cidadania. Agora, deve ter um local de trabalho no terceiro andar do Palácio do Planalto, o mesmo do gabinete do presidente da República.

A possibilidade de o ministro capitalizar politicamente a imagem da primeira-dama também não agrada à cúpula do governo. Terra é do MDB do Rio Grande do Sul, mesmo Estado do ministro da Casa Civil. Em 2022, Onyx Lorenzoni, que é filiado ao DEM, pode disputar o governo gaúcho. Além disso, recentemente a Câmara dos Deputados passou a disputar com o Executivo o protagonismo nas discussões sobre programas da área social.

Um assessor presidencial questiona resultados apresentados até agora pelo Ministério da Cidadania. A pasta herdou a estrutura do antigo Ministério do Desenvolvimento Social, que Osmar Terra também administrou na gestão





do ex-presidente Michel Temer. No Palácio do Planalto, também existem reclamações sobre declarações do ministro em relação à liberação da maconha para fins medicinais pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).

No fim de novembro, pouco antes de a agência reguladora aprovar a liberação da venda em farmácias de produtos à base de cannabis para uso medicinal no Brasil, o ministro chegou a dizer que o então presidente da Anvisa, William Düb, “não entende nada” sobre a discussão da liberação do uso medicinal da maconha e que a agência atuaria “em consonância com poderosos interesses”. Essa posição não é consensual no governo.

Se de fato o ministro Osmar Terra perder a gestão do Bolsa

Família, quem pode sair ganhando é a ministra Damares Alves, que comanda a pasta da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. Ela foi recentemente bem avaliada em pesquisa Datafolha, e também recebe elogios do próprio presidente da República. A área de Esporte poderia ser remanejada para os ministérios de Turismo ou até mesmo Educação.

Procurado pelo Valor, Osmar Terra não quis comentar o assunto. Em seu balanço do ano, o Ministério da Cidadania destaca, por exemplo, o prêmio internacional conquistado pelo programa Criança Feliz - política voltada ao desenvolvimento infantil. A pasta também elenca o combate a irregularidades no Bolsa Família e o início de entregas da Estação Cidadania - espaço que integra, em um só local, diversos programas sociais.

## Com demanda menor na faculdade, surge na praça o vendedor de cursos

*Parecido a um corretor de seguros, novo profissional orienta e capta alunos*

Por Beth Koike — De São Paulo

A redução no volume de matrículas, nos últimos anos, em especial na graduação presencial, fez surgir, no mercado, uma nova profissão: vendedor de cursos. Este profissional se assemelha a um corretor de seguros e vem se firmando como mais um canal de captação de alunos para as instituições de ensino que, muitas vezes, não conseguem preencher todas as vagas.

Segundo dados do Ministério da Educação (MEC), em 2018, as faculdades privadas tinham 364 mil vagas remanescentes na graduação presencial - ou seja, não foram preenchidas via vestibular. Esse número é reflexo da queda de 20% no número de novos alunos e da evasão de estudantes, entre 2015 e 2018. Nesse período, o volume total de alunos matriculados em cursos presenciais no setor privado caiu 7,5% para 6,3 milhões devido à crise econômica e redução do Fies, programa de financiamento estudantil do governo.

Cerca de 100 faculdades de grupos de ensino como Ânima, Cruzeiro do Sul e Ser Educacional captam alunos por meio dos

vendedores autônomos de cursos.

Hoje, há cerca de 14,7 mil vendedores de cursos inscritos na plataforma Saber em Rede, uma startup de educação criada em 2017 que conecta esses profissionais a instituições de ensino. Estas, por sua vez, ofertam as vagas disponíveis nesse canal.

Em 2019, cerca de 2,8 mil alunos fizeram matrículas por meio da Saber em Rede, que pagou R\$ 100 mil em comissões aos vendedores. O vendedor de cursos é remunerado com um percentual da primeira mensalidade - normalmente, esse valor equivale a 50%. A outra metade fica com a Saber em Rede.

O modelo da Saber em Rede já atraiu investidores como a gestora de private equity Kinea e o Grupo A, dono de editoras de material didático e plataformas educacionais. Em setembro, esses dois investidores adquiriram 51% da startup e fizeram um aporte de R\$ 2 milhões para sua expansão.

“Nossa meta para 2020 é movimentar R\$ 1 milhão em comissões e impactar 10 mil alunos”, disse Laila Martins, presidente e uma das fundadoras da Saber em Rede, que tem como sócia Alaide Barbosa. A estratégia de expansão prevê também aumentar a oferta de cursos livres e de educação básica que, atualmente, ainda têm uma venda

tímida pela Saber.

Segundo Laila, os vendedores passam por uma capacitação para conseguir fechar as matrículas. As vendas, normalmente, são divulgadas em redes sociais. O objetivo é que esse profissional forneça informações sobre cursos, faculdades e até aplique testes vocacionais nos potenciais interessados, entre outras atividades relacionadas.

Uma das principais vendedoras da Saber em Rede é Andrea Santos Rocha, 38 anos, que conseguiu pagar boa parte da festa de seu casamento com o dinheiro obtido com a venda das matrículas. “Em dois anos, vendi cursos para 320 alunos. Divulgo nas minhas redes sociais. Faço pesquisa, procuro as melhores opções de cursos de acordo com o perfil das pessoas”, disse Andréa.

Ela explica que há uma demanda por esse tipo de serviço em sua cidade, Ribeira do Pombal, no interior da Bahia, onde a oferta de cursos de ensino superior é pequena. “Muita gente não sabia, por exemplo, da pós-graduação a distância. É uma opção para nós que não temos oferta desse curso na cidade”, disse Andrea. Ribeira do Pombal tem 53 mil habitantes e fica a 287 quilômetros de Salvador.

A vendedora montou uma rede de contatos para expandir seu





negócio. As amigas das redes sociais de Andrea que venderem matrículas repassam uma pequena fatia da venda. A Saber em Rede também disponibiliza às vendedoras campanhas de marketing digital dos cursos e das instituições de ensino para serem divulgadas aos clientes.

Ao matricular o aluno por meio da plataforma as faculdades perdem a receita da primeira mensalidade, mas vale a pena pois uma graduação dura quatro anos e, normalmente, aqueles alunos que recebem uma assessoria educacional têm menos chance de desistir do curso. Mais de 50% dos alunos de ensino superior abandonam o curso no meio do caminho. No primeiro ano, a taxa de evasão é de 22%.



Alaide Barbosa (à esquerda) e Laila Martins fundaram a Saber em Rede, que já tem 14,7 mil vendedoras de cursos.  
— Foto: Leonardo Rodrigues/Valor

## Metade dos conselheiros do CNE terá mandato encerrado este ano

Especialistas temem guinada conservadora no órgão, responsável pela normatização de políticas importantes para a área; metade dos 24 conselheiros terá mandato encerrado

PAULA FERREIRA  
paula.ferreira@infoglobo.com.br  
BRASÍLIA



Recolha do governo. Novos membros do CNE serão selecionados pelo Ministério da Educação. Almirante Wladimir

O Conselho Nacional de Educação (CNE), responsável pela normatização de políticas importantes para a área, passará por uma renovação significativa neste ano. Dos 24 conselheiros do órgão, 12 terão o mandato vencido, e seus substitutos serão escolhidos pelo governo. A mudança na composição do CNE acendeu o alerta entre atores da área, de especialistas a membros do legislativo, que temem uma guinada conservadora no órgão.

A maior parte dos conselheiros que terminarão mandato ao final do primeiro semestre pertencem à Câmara de Educação Básica, que se debruça sobre temas que vão do ensino infantil ao médio. Sete membros poderão ser substituídos pelo governo nessa câmara. Já na de ensino superior, cinco cadeiras ficarão vagas. O governo pode reconduzir ao cargo conselheiros que estão no primeiro mandato, mas apenas os que o executivo escolha representantes mais alinhados às políticas

governamentais.

—O CNE tem um papel bastante importante na normatização da educação, atuou em políticas fundamentais como a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e a definição de diretrizes de formação docente. Observando as indicações feitas para o MEC, vemos que corremos o risco de uma ascensão conservadora. Sem dúvida as nomeações estarão mais suscetíveis a esses grupos—opina Anna Helena Altenfelder, presidente do conselho de administração do CENPEC, uma das organizações da sociedade civil mais atuantes na área. — O CNE se caracteriza por ser um órgão bastante republicano e democrático, que promove o diálogo, a grande preocupação é a composição conservadora passar por cima disso.

Segundo decreto emitido em 1999, ao menos metade das indicações para integrar o colegiado deve ocorrer por meio de uma lista de nomes apresentada por

entidades representativas da área, mas cabe ao Ministério da Educação (MEC) definir quais serão essas organizações. Nos últimos anos, entidades representativas como a União Nacional dos Estudantes (UNE), a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime), e o Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed) compuseram malista. O ministro da Educação seleciona os candidatos e apresenta os nomes elegíveis ao presidente, responsável por nomeá-los.

### ‘BASE DE SUSTENTAÇÃO’

Para o deputado Idilvan Alencar (PDT-CE), há espaço para que o MEC faça nomeações desconsiderando instituições que historicamente participaram do processo. Alencar é membro da Comissão de Educação da Câmara e foi presidente do Consed durante a discussão da BNCC. Na época, o CNE e o governo sofreram fortes pressões da bancada evangélica do Congresso para exclusão de temas sensíveis, como a questão de gênero. Termos relacionados ao assunto acabaram retirados do texto final da Base.

—Essa questão de representação das entidades como era historicamente feito no conselho não vai contar desta vez. Esse é um perfil desse governo—critica Alencar, que pretende propor à Comissão de Educação um acompanhamento





sobre o processo.

Um dos membros restantes do conselho cujo mandato não termina em 2020, o educador Mozart Neves Ramos, que foi cotado para assumir o MEC na transição e acabou sendo desconvidado após pressão de grupos conservadores, opina que é crucial para o governo nomear ao menos as indicações da Undime e do Consed. Ramos argumenta que ambas as entidades são fundamentais para implementar no âmbito municipal e estadual as políticas definidas pela União.

—Para qualquer gestão do MEC, é fundamental que haja base de sustentação com Undime e Consed. A bancada evangélica tem seus interesses, eles vão se movimentar e vão ter possíveis indicações, mas acredito que Consed e Undime vão manter seus indicados, porque, independentemente de quem for o ministro, ele sabe da importância disso.

**Um por todos**

A demissão do chefe do FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação), Rodrigo Dias, em dezembro, desagradou não só ao presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), que havia chancelado a nomeação, mas a outros líderes de partidos da centro-direita.

**Um por todos 2**

Esses deputados avaliam que Dias dialogava bem com o Congresso e que o FNDE é um órgão estratégico por liberar verbas para estados e municípios –em 2019, manejou um orçamento de R\$ 52 bilhões. Por isso, líderes buscam um nome de consenso para sucedê-lo.

**Da reta**

Segundo aliados, Maia demonstrou a Bolsonaro contrariedade com a decisão de Abraham Weintraub (MEC) de exonerar o apadrinhado. O presidente, por sua vez, teria respondido que a decisão era do ministro e que não tinha nada a ver com o assunto.

**Baixo-astral** Parlamentares avaliam que o episódio pode contribuir para piorar a situação de Weintraub, que corre o risco de deixar o MEC.

## Governo usa verba de aposentadoria e pensões para pagar 13º do Bolsa Família

Parcela é garantida graças a pente-fino e demora na concessão de novos benefícios do INSS

Thiago Resende  
BRASÍLIA

Para conseguir pagar a 13ª parcela aos beneficiários do Bolsa Família, o governo teve de usar parte da verba que estava prevista para aposentadorias e pensões.

Em mais um capítulo dos problemas enfrentados sob comando de Jair Bolsonaro, o programa social precisou de dinheiro às pressas para evitar que famílias ficassem desamparadas. Foi necessário remanejar o Orçamento no fim de 2019 e, assim, retirar recursos de outras áreas.

Sem o aumento dos repasses ao programa, cerca de 1 milhão de famílias poderiam ficar fora da cobertura em dezembro, que incluiu também a 13ª parcela, promessa de Bolsonaro.

Até parte do dinheiro que estava reservada para a Previdência Social foi alvo do corte. O Ministério da Economia confirmou o remanejamento dos recursos.

O governo considerou que gastaria menos com benefícios previdenciários em 2019 por causa do combate a fraudes, mas também em razão do atraso do INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) para responder a pedidos de aposentadorias e pensões.

Essa demora vem prejudicando idosos que aguardam uma reposta do INSS. Com esse represamento na análise, houve uma folga no orçamento da Previdência.

Apesar do esforço do governo, a cobertura do Bolsa Família segue caindo na gestão Bolsonaro. Em dezembro, foi a menor do ano passado: 13,1 milhões de famílias atendidas.

A queda na cobertura tem sido provocada artificialmente. Como publicou a Folha, o governo passou a controlar a inclusão de beneficiários no programa, cujo objetivo é reduzir a desigualdade no país, por causa da falta de dinheiro.

Cerca de 700 mil famílias pediram o auxílio ao governo e aguardam na fila de espera.

O Bolsa Família atende pessoas que vivem em situação de extrema

pobreza, com renda per capita de até R\$ 89 mensais, e pobreza, com renda entre R\$ 89,01 e R\$ 178 por mês. O benefício médio é de R\$ 191,08.

A operação montada no fim de 2019 é mais um exemplo da penúria em andamento com as transferências de renda para famílias em situação de pobreza e extrema pobreza.

Em novembro, a Folha mostrou que havia um buraco no orçamento do programa, o que poderia comprometer o benefício de parte das famílias já atendidas e que dependem dos repasses em dezembro.

A equipe de Bolsonaro se negou a dar explicações sobre como estavam realizando os pagamentos no mês passado.

Às vésperas do fim do calendário de pagamento, o Ministério da Economia fez um ajuste no Orçamento, elevando em quase R\$ 500 milhões a verba para o Bolsa Família.

O dinheiro saiu, principalmente, da Previdência Social e de uma reserva orçamentária (recursos sem destinação específica).





Procurado, o Ministério da Economia informou que “o aumento da despesa com o Bolsa Família implicou a redução de outra despesa primária para a manutenção do equilíbrio do teto de gastos”.

O teto foi aprovado durante a gestão do ex-presidente Michel Temer (MDB) e cria um limite para o crescimento das despesas públicas. Então, se há uma ampliação no orçamento de uma área, é necessário tirar verba de outra.

O Ministério da Cidadania —que não quis se manifestar— pediu à equipe econômica que o orçamento do Bolsa Família fosse expandido para fechar as contas em 2019. Caso contrário, não haveria dinheiro para bancar parte dos benefícios de dezembro e o 13º.

Em 20 de dezembro, a Economia publicou uma portaria para fazer um remanejamento de recursos. Foram elevados os repasses para gastos com servidores ativos e inativos, além do orçamento do Bolsa Família.

Em contrapartida, foram cortadas as verbas para aposentadorias e pensões e também usada a reserva orçamentária.

Questionado sobre a razão da medida na Previdência, o governo cita documentos encaminhados ao Congresso que apontam um gasto menor do que o esperado em 2019. As explicações são o pente-fino nos benefícios do INSS e o atraso na concessão de aposentadorias.

Em dezembro, cerca de 1,3 milhão de pedidos ao INSS estavam sem resposta havia mais de 45 dias —prazo legal para análise. Esse estoque foi registrado durante todo o ano passado. No auge, chegou a 1,7 milhão.

Depois que a aposentadoria foi concedida, o beneficiário recebe os valores retroativos e corrigidos pela inflação. Essa demanda reprimida, porém, transforma uma parte da despesa previdenciária em um gasto futuro.

Com o atraso no INSS e o combate a fraudes, foi feita uma reavaliação do que seria desembolsado. Isso não significa que quem já está aposentado deixou de receber o benefício, mas a medida possibilitou um orçamento menor para a Previdência em 2019, abrindo espaço para outros gastos, como o Bolsa Família.

Cumprindo promessa de campanha, Bolsonaro anunciou, em outubro, a criação de uma 13ª parcela para beneficiários do Bolsa Família. Na prática, isso serviu para tentar compensar a falta de reajuste pela inflação no valor transferia à população de baixa renda.

O presidente, então, elevou para R\$ 32 bilhões o orçamento do programa em 2019. Mesmo com a fila de espera criada pelo governo, a verba não seria suficiente para cobrir as famílias já atendidas. Por isso, a despesa precisou ser elevada para R\$ 32,5 bilhões no fim do ano.

Para 2020, a verba é ainda menor (R\$ 29,5 bilhões). Nem o 13º ainda está previsto. E o governo terá as mesmas dificuldades: o teto de gastos.

O Orçamento federal deste ano está no limite permitido para despesas. O time de Bolsonaro estuda uma forma de reformular o Bolsa Família desde meados de 2019.

Para ampliar o programa, recursos de outra área terão de ser reduzidos. Mas o governo ainda não encontrou uma solução.

Enquanto isso, o Congresso já discute uma extensão de benefícios aos mais pobres. Relator da medida provisória que criou o 13º do Bolsa Família para 2019, o senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP) quer tornar o benefício permanente.

O texto, que ainda precisa ser votado no Legislativo, pressionaria ainda mais o Orçamento. Além disso, o relator prevê que o valor repassado às famílias atendidas terá de ser corrigido pela inflação a partir de 2021.

Rodrigues também defende a criação de uma 13ª parcela para quem recebe o BPC (Benefício de Prestação Continuada), pago a idosos carentes e pessoas com deficiência. O valor do BPC é um salário mínimo (R\$ 1.039).

O Congresso tem até o fim de março para aprovar a MP sobre o 13º do Bolsa Família.



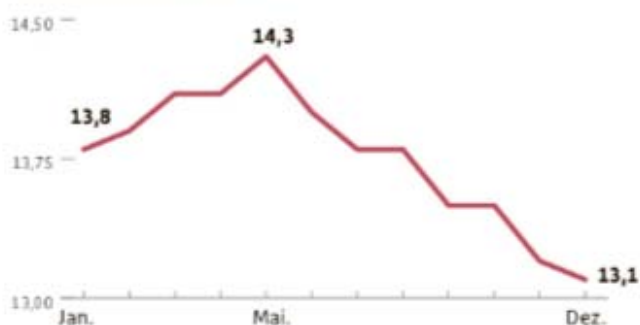


## Governo precisou aumentar verba do Bolsa Família no fim de 2019

Orçamento do programa  
Em R\$ bilhões



Queda da cobertura  
Número de famílias, em milhões



Barreira à entrada de novas famílias  
Quantidade de benefícios concedidos em 2019  
Em milhares



**700 mil**  
de famílias aproximadamente  
estão na fila de espera para  
entrar no programa

**R\$ 191,08**  
é valor médio do benefício  
em novembro

Origem do aumento do orçamento do Bolsa Família em dezembro

- Redução nas despesas com a Previdência
- Reserva orçamentária

Estoque de pedidos em atraso no INSS  
Em milhão



**45 dias**  
é o prazo para o INSS  
analisar pedido; depois disso,  
precisa pagar os atrasados  
com reajuste

## Um desejo para 2020

Ana Carla Abrão

Há quem aproveite a virada de ano para fazer compromissos, são as resoluções de ano-novo. Há quem se concentre em desejos, preferencialmente após pular sete ondas ou comer sementes de romã, ou simplesmente fechando os olhos e resgatando sua fé enquanto os fogos iluminam o céu à meia-noite. Há quem faça os dois, afinal, porque correr o risco de deixar algo importante para trás?

Pois eu faço os dois, e nesta 1.<sup>a</sup> coluna do ano exponho aqui o meu principal desejo para o Brasil de 2020: que o ano-novo seja o ano da educação pública. Que o País se mobilize em torno de uma agenda que coloque a melhora no aprendizado como prioridade absoluta de política. Não se trata de um desejo fácil. Afinal, os últimos anos, apesar de conquistas pontuais, não têm sido nada animadores se nos compararmos aos países que fizeram as necessárias reformas estruturais na área de educação. Ao contrário, colecionamos números medíocres que refletem nossa persistência num modelo exaurido e que, pelos seus resultados, vêm reforçando uma situação desigual e injusta econômica e socialmente.

As discussões recentes tampouco ajudam a trazer otimismo. Na educação básica, o

projeto do novo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) empacou e precisará ser retomada em bases mais objetivas – e responsáveis. O Fundo Nacional para o Desenvolvimento da Educação (FNDE), criado no fim dos anos 60 e que hoje concentra mais de R\$ 55 bilhões, precisa ser rediscutido e sua existência questionada, conforme bem provocou Marcos Mendes em sua coluna de 21 de dezembro na Folha de S. Paulo. No ensino superior, após o desastre do Fies, que hoje acumula um passivo de outros bilhões, reforça-se o conceito de que política pública feita sem avaliação e sem transparência tem de ser interrompida – e não ampliada. Junte-se a isso um gasto com pessoal que mais do que dobrou nos últimos anos no nível federal, num movimento de aparelhamento das estruturas administrativas na área de educação, feito à custa dos investimentos em pesquisa & desenvolvimento e também em infraestrutura e custeio. Não é à toa que universidades federais e estaduais – muitas com um número de câmpus que só o populismo irresponsável explica – estão à míngua.

Mas a solução para contrapor

anos de uma agenda equivocada definitivamente não está na desorientação de uma agenda ideológica. Precisamos de projetos, precisamos de ação e acima de tudo precisamos de estratégia e priorização. Aqui, mais do que em qualquer outra área, a palavra reforma se coloca como necessária. Uma geração de alunos mal formados é uma geração que se perde. Já perdemos muitas, há que se evitar que percamos outras.

Há ações que precisam ser avaliadas. O Future-se pode ser uma delas, afinal atrair recursos privados para as universidades, desde que de forma independente e isenta, pode vir a ser uma solução para a atual carência de recursos. Mas há que se ir muito além. Quais são as prioridades do governo para a área de Educação? Para onde deverão ir os recursos do FNDE? Quais os projetos de curto, médio e longo prazos que nos levarão a resultados melhores de aprendizagem? Como faremos para atrair, selecionar e capacitar professores que terão de dar conta de um novo tempo, novas tecnologias e novas mídias? Nossas crianças e jovens estão sendo estimulados a desenvolver competências e capacidades mais amplas? Como garantiremos a ampliação no acesso a creches





para que todas as crianças tenham os estímulos necessários na primeira infância – e suas mães possam se manter no mercado de trabalho e se desenvolverem profissionalmente? Como coordenar de forma eficiente as diversas políticas públicas de educação entre os diferentes entes da federação? Essas perguntas precisam ser respondidas por meio de ações – e não de bravatas infantis nas redes sociais. Como bem aponta o relatório da comissão criada na Câmara de Deputados, coordenada pela deputada Tabata Amaral e relatada pelo deputado Felipe Rigoni, para avaliar as ações do Ministério da Educação, completamos um ano de paralisia naquela que deveria ser nossa agenda mais importante.

Meu desejo para o Brasil é, portanto, um só: que tenhamos um futuro melhor. E para que isso se realize dependemos, fundamentalmente, de uma educação pública de melhor qualidade. Mas para que esse desejo não se transforme em uma mera ilusão e, como tantas resoluções, tenha de ser resgatado novamente na virada do próximo ano-novo, é necessário que a educação passe a ser levada a sério pelo governo.

A educação do País precisa de ações, e não de bravatas infantis nas redes sociais

## EDUCAÇÃO »

### Disputa para vagas da manhã



Com barracas e mantimentos para aguentar a espera, cerca de 200 pessoas chegaram ao local no domingo

*Pais acampam em frente ao Centro de Ensino Médio 1 de Brazlândia para garantir que filhos estudem no turno matutino. Ontem, grupo foi transferido a ginásio de esportes na proximidade. Atendimento para confirmação das matrículas começa hoje, às 7h30*

» Cibele Moreira  
» Jonathan Luiz\*

Além da mudança de escola, os estudantes que vão ingressar no primeiro ano no Centro de Ensino Médio 1 (CEM 1) de Brazlândia enfrentam um novo desafio: uma vaga no período da manhã. Dos 406 alunos transferidos para a instituição,

apenas 170 ficarão no turno matutino. Para garantir a preferência, pais e responsáveis fazem fila e acampam em frente à escola desde o último domingo. Na tarde de ontem, o grupo com cerca de 200 pessoas foi transferido para o Ginásio de Esporte Espelho D'Água, que fica próximo ao colégio.

De acordo com a Coordenação Regional de Ensino de Brazlândia, o abrigo aos pais foi ofertado para atender a uma demanda deles, que estavam debaixo de chuva. Dois vigilantes e uma equipe do Batalhão Escolar da Polícia Militar fizeram a segurança do local durante a noite. O atendimento na secretaria da escola será aberto para a confirmação das vagas a partir das

7h30 de hoje. Por ordem de chegada, os responsáveis poderão efetuar a matrícula e escolher em qual turno o aluno vai estudar.

O diretor do Centro de Ensino Médio 1 de Brazlândia, Vinícios Mota, conta que a preferência pelo período matutino é recorrente. “Parece que se tornou uma questão cultural criar essa fila todo ano. Estou na direção desde 2014, e essa questão se repete anualmente. Já tentamos outras alternativas, entregando senhas, mas, na hora, a própria comunidade contesta o modelo”, afirma.

Por ser a única escola da região com turmas de primeiro ano no período da manhã, a disputa ainda é maior. Questionado pela equipe de reportagem do Correio, a Regional de Ensino de Brazlândia estuda uma alternativa para ampliar a oferta também no Centro de Ensino Médio 2. No entanto, a escolha das divisões das turmas e dos turnos fica a cargo de cada colégio.

Em nota, a Secretaria de Educação orienta que pais e responsáveis não formem fila na porta de escola, pois as vagas estão garantidas. O período de hoje a 14 de janeiro é apenas para a confirmação das matrículas. A alteração dos turnos pode ser feita depois. Ao todo, serão ofertadas 12 turmas de primeiro ano no Centro de Ensino Médio 1 de Brazlândia.





Dessas, cinco são no turno matutino; sete, no vespertino.

### **Ficha e chamada**

Para lidar com o tempo de espera, muitos levaram barracas e mantimentos. Os próprios pais e estudantes estavam organizando a ordem de chegada. Para cada pessoa que chegava, era entregue uma ficha com um número. A cada três horas, uma chamada era feita, e os que não respondiam perdiam a posição.

O vigilante David Nunes, 40 anos, está na fila desde as 15h de domingo. Ele conta que, quando chegou ao colégio, havia 175 pessoas na frente. “Dez pessoas desistiram, e eu vou conseguir colocar o meu filho no turno da manhã”, comemora. De acordo com ele, a escolha foi por uma questão de rotina. “Eu tenho dois filhos que sempre estudaram de manhã. Eu e minha esposa trabalhamos e, se não conseguirmos a vaga, vamos ter que procurar condução e readequar a rotina da casa”, relata.

A dona de casa Adenilde dos Santos, 37, está preocupada, porque o filho dela trabalha à tarde e precisaria ficar no turno matutino. “Se meu filho não conseguir a vaga de manhã, ele vai ter que conversar com os patrões dele para saber como vai ser feito.”

\* Estagiário sob supervisão de Marina Mercante

# MEC muda regras do Fies e pode cobrar alunos na Justiça

**C**om expectativa de ter em 2020 o recorde de inadimplência do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), o Ministério da Educação (MEC) mudou regras do programa para poder cobrar na Justiça cerca de 584 mil estudantes com prestações atrasadas há mais de um ano. Resolução publicada no final do ano passado no *Diário Oficial da União* libera a cobrança judicial desses contratos, firmados até o segundo semestre de 2017, que somam rombo de R\$ 12 bilhões. Hoje, a cobrança da dívida só é feita no âmbito administrativo.

O programa federal financia parte do valor de cursos em faculdades privadas com juros mais baixos do que os de mercado e o aluno começa a pagar a dívida 18 meses após a formatura. O Fies foi uma das principais fontes de receita do ensino superior particular nesta década. O balanço de contratos com potencial de cobrança na Justiça consta em nota técnica do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), órgão do MEC responsável pelo Fies, de 18 de dezembro.

## Recorde este ano

A inadimplência no programa bate recordes desde 2015. No primeiro semestre de 2019, 59% dos contratos em amortização (quando se inicia a cobrança do financiamento) tinham atraso — 47% atrasados em mais de 90 dias, quando

se passa a considerar o aluno inadimplente. Projeções do MEC indicam que o recorde da dívida deve ocorrer este ano, quando começa o prazo de pagamento de quem conseguiu o Fies em 2014 — auge do programa, com mais de 700 mil novos contratos — para cursos mais caros e longos, como Engenharias e Medicina.

Entre as alterações para novos contratos está a exigência de o aluno ter nota mínima de 400 pontos na Redação do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). Antes, só se exigia não zerar a Redação, além de média 450 na parte objetiva (Português, Matemática, Ciências da Natureza e Ciências Humanas) da prova, o que foi mantido. Segundo o MEC, as novas regras "privilegiam a meritocracia".

## Vagas pela metade

Empresários de faculdades privadas e especialistas defendem novos mecanismos de cobrança, mas também que se busque renegociar dívidas. Criticam ainda regras que tomam mais difíceis o acesso ao financiamento. Empresários do setor temem que o MEC use a alta inadimplência como justificativa para "desidratar" o Fies, com regras que o tornem inviável. Já economistas têm apontado a necessidade de tornar o Fies sustentável, de modo a pesar menos nas contas públicas.

A resolução prevê ainda reduzir

para a metade o total de vagas oferecidas em 2019 — são previstos 54 mil financiamentos por ano a partir de 2021. O acesso ao Fies está mais difícil desde 2015 e boa parte das vagas fica ociosa por causa da mudança de regras — como a eliminação do financiamento 100% e a exigência de nota mínima no Enem.

## Desemprego ajudou

"O aluno de família de baixa renda não consegue alcançar essa nota e fica fora do programa. E é esse jovem que também não consegue entrar em uma universidade pública", afirma Sólton Caldas, da Associação Brasileira de Mantenedoras do Ensino Superior (Abmes).

Rodrigo Capelato, do Sindicato das Entidades Mantenedoras do Ensino Superior (Semesp), diz que o País estava bem economicamente e houve incentivo para que o jovem recorresse ao programa. "Mas, quando ele se formou, o Brasil estava em crise, sem emprego."

Criado em 1999, o Fies teve explosão de contratos em 2010, quando os juros caíram de 6,5% para 3,4% ao ano, abaixo da inflação. Além disso, a exigência de fiador foi relaxada e o prazo de quitação, alongado. Muitas faculdades passaram a incentivar alunos já matriculados a não pagar a mensalidade, mas a entrar no Fies, transferindo o risco de inadimplência para o governo.